Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Tekno S.A. Indústria e Comércio ("Companhia" ou "Tekno") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Alfredo Mario Pizzotti, 51 e com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob as siglas "TKNO3" e "TKNO4".

A Companhia tem por objeto social a industrialização, comercialização e pintura de bobinas metálicas e também a participação societária em outras sociedades no Brasil e no exterior.

Fazem parte das demonstrações financeiras as seguintes empresas:

Controladas

- Casamob Indústria e Comércio Ltda. ("Casamob"): fabricação de móveis com predominância de metal e fabricação de produtos químicos para tratamento superficial de metais e plásticos e congêneres, fabricação, distribuição e comercialização de outros produtos com predominância de metal, destinados aos mercados interno e externo.
- Tekrom Transportes, Representações e Montagens Ltda. ("Tekrom"): prestação de serviços de transportes de cargas, basicamente, para sua controladora.
- Alukroma Indústria e Comércio Ltda. ("Alukroma"): fabricação, industrialização, distribuição e comercialização de painéis compostos de alumínio e outros metais.

Controladas em conjunto

- Wolverine/Tekno Laminates and Composites Ltda. ("Wolverine/Tekno"): industrialização e comercialização de produtos laminados destinados à indústria automobilística.
- Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio ("Perfilor"): industrialização e comercialização de telhas de aço, utilizadas na cobertura e fechamento de imóveis, principalmente industriais e comerciais.

O exercício social da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto inicia-se em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 compreendem:

• As informações contábeis individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), identificadas como Controladora e Consolidado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado, atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o

patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 individuais e consolidadas em um único conjunto, inclusive as notas explicativas, lado a lado.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada e controladas em conjunto também são preparadas em Reais.

(b) Transações denominadas em moeda estrangeira

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado. Eram as seguintes as taxas em Reais das moedas a seguir relacionadas por ocasião do encerramento do balanço:

	USD (Dólar Americano		
31 de dezembro de 2015 - R\$	3,905		
31 de dezembro de 2016 - R\$	3,259		

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando

mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

(b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. A companhia revisa anualmente as vidas úteis de seu ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

(c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo seu valor justo de mercado, descontando as despesas necessárias para venda, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

(d) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas incorridas nos esforços de vendas.

(e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

(f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(g) Provisão para benefícios pós-emprego

A provisão para benefícios pós-emprego é constituída com base em laudo atuarial realizado por empresa especializada, utilizando as premissas descritas na nota explicativa nº 29.

(h) Provisão para despesas com aposentadoria compulsória

A Companhia constitui provisão para despesas com aposentadoria compulsória de gerentes e supervisores com base nos valores das multas rescisórias, ajustadas a valor presente, com base nas premissas descritas na nota explicativa n° 30.

3 Resumo das principais políticas contábeis

O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios são como segue:

3.1 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, que consiste no somatório dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição (honorários de "due dilligence", advogados, entre outros) são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio gerado nas aquisições é avaliado como o custo da combinação de negócios que exceda a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos.

Ágio e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; porém, a possibilidade de perda do valor recuperável do ativo é testada pelo menos anualmente (ver item 3.2). Qualquer perda permanente identificada é registrada de imediato no resultado do exercício e não é passível de reversão posterior.

Caso a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis adquiridos seja superior ao custo de aquisição, o excesso (anteriormente conhecido como deságio) é registrado como ganho imediato no resultado do exercício em que ocorreu a aquisição.

O ágio registrado por uma aquisição será ajustado durante o período de mensuração (período de até 12 meses após a data da aquisição), caso sejam identificadas nesse período contingências ativas ou passivas atribuíveis à data da aquisição. Após o período de mensuração, a contrapartida contingente atribuível ao ativo ou ao passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com o IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda, reconhecido no resultado do exercício em curso.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como ágio, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis que exceder o custo de aquisição, deve ser imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

3.2 Alocação dos saldos de ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver item 3.1), líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O ágio que foi alocado a cada unidade geradora de caixa é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

3.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. No consolidado, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto foram registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Tekno, no patrimônio líquido, no resultado do exercício e nos resultados abrangentes em uma única rubrica que está apresentada no balanço patrimonial consolidado, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como "Investimentos" e "Resultado de equivalência patrimonial", respectivamente. Considera-se existir controle compartilhado somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas com controladas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.4 Instrumentos financeiros

• Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos e partes relacionadas.

• Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

<u>Instrumentos de patrimônio líquido</u>

A Companhia não possui instrumentos de patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Instrumentos compostos

A Companhia não possui instrumentos compostos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

• Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

3.5 Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. As aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado".

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Conforme disposto no CPC 12, o ajuste a valor presente não foi registrado em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo de caixa futuro estimado do investimento.

3.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, com base na análise do prazo sem movimento e

valor de realização. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada.

3.7 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 31 de dezembro de 2010, descrita na nota explicativa nº 11, foram avaliados a valor justo os custos das classes de imobilizado de edificações e máquinas e equipamentos, com base na adoção do custo atribuído aos ativos destas classes.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa.

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.9 Redução ao valor recuperável - Impairment

Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um

ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente (exceto ágio), ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.10 Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.11 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o

imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, calculados com base nas alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças existentes entre os ativos e passivos, reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores registrados nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreendem os valores correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existe no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

3.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não registraram o ajuste a valor presente em virtude de não ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os processos conhecidos na data do balanço patrimonial, para os riscos considerados prováveis de perda.

3.14 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência

• Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a

propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, quando for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados podem ser estimados de maneira confiável, quando não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

• Receitas financeiras

As receitas financeiras, que abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras, são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

3.15 Prejuízo básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o prejuízo básico por ação.

3.16 Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto que para as IFRS estas demonstrações representam informação complementar.

3.17 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31/12/2016 31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	406	386	740	656
Aplicações financeiras	33.884	49.634	34.147	50.998
Total	34.290	50.020	34.887	51.654

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e referem-se a investimentos em fundos de renda fixa e operações com lastro em debêntures, remunerados a taxas que variam entre 96% e 103% (em 31 de Dezembro de 2015 entre 96% e 103%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber de clientes

a) Composta por:

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
No país	17.210	13.446	21.506	16.018
No exterior	115	-	115	98
Total	17.325	13.446	21.621	16.116
Partes Relacionadas (Nota 9)	8.908	7.649	4.908	5.669
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(349)	(300)	(793)	(661)
	25.884	20.795	25.736	21.124

b) Por idade de vencimento

Contro	oladora	Conso	lidado
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
7.907	6.854	9.342	7.485
3.814	3.581	4.946	4.239
857	1.248	1.440	1.901
148	79	548	163
-	_	13	-
12.726	11.762	16.289	13.788
2.596	1.340	2.824	1.567
1.586	13	1.598	29
68	31	117	70
167	135	251	201
182	165	542	461
4.599	1.684	5.332	2.328
17.325	13.446	21.621	16.116
	7.907 3.814 857 148 - 12.726 2.596 1.586 68 167 182 4.599	7.907 6.854 3.814 3.581 857 1.248 148 79 12.726 11.762 2.596 1.340 1.586 13 68 31 167 135 182 165 4.599 1.684	31/12/2016 31/12/2015 31/12/2016 7.907 6.854 9.342 3.814 3.581 4.946 857 1.248 1.440 148 79 548 - - 13 12.726 11.762 16.289 2.596 1.340 2.824 1.586 13 1.598 68 31 117 167 135 251 182 165 542 4.599 1.684 5.332

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contro	oladora	Conso	lidado
31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
(300)	(365)	(661)	(654)
(405)	(675)	(890)	(835)
12	66	208	113
326	674	523	715
18	-	27	
(349)	(300)	(793)	(661)
	31/12/2016 (300) (405) 12 326 18	(300) (365) (405) (675) 12 66 326 674 18 -	31/12/2016 31/12/2015 31/12/2016 (300) (365) (661) (405) (675) (890) 12 66 208 326 674 523 18 - 27

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm provisões para créditos de liquidação duvidosa no valor das perdas estimadas em decorrência da incapacidade dos clientes de efetuar os pagamentos de títulos vencidos e possuem como procedimento rever tais provisões trimestralmente a fim de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de constituir provisão para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e para títulos vencidos acima de 90 dias. Historicamente não têm sido verificadas perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A despesa com constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado.

6 Estoques

a) Compostos por:

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Produtos acabados	11.088	10.422	15.310	14.049
Produtos em elaboração	31	33	508	243
M atérias-primas	16.576	14.666	19.262	16.735
Material de consumo e outros	4.416	4.131	4.456	4.208
	32.111	29.252	39.536	35.235
(-) Provisão para perdas nos estoques:				
Produtos acabados	(1.590)	(2.497)	(3.075)	(3.292)
Matérias-primas	(1.155)	(796)	(1.155)	(796)
Material de consumo e outros	(1.395)	(1.190)	(1.395)	(1.190)
	(4.140)	(4.483)	(5.625)	(5.278)
	27.971	24.769	33.911	29.957

b) Movimentação da provisão para perdas:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(4.483)	(3.912)	(5.278)	(4.341)
Adições	(1.979)	(2.055)	(3.039)	(2.534)
Reversões	2.322	1.484	2.692	1.597
Saldo final	(4.140)	(4.483)	(5.625)	(5.278)

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm provisões para perdas por obsolescência e também na realização dos estoques, com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas incorridas nos esforços de vendas.

A despesa com constituição de provisão para perdas foi registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante				
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	480	536	727	1.154
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	42	104	1.469	1.432
PIS - Programa de integração social	4	17	296	289
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	-	-	308	368
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	974	1.777	982	1.783
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	2	229	2	229
Ativo não circulante	1.502	2.663	3.784	5.255
ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	279	547	1.948	1.464
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	579	39	1.036	667
PIS - Programa de integração social	126	9	225	146
	984	595	3.209	2.277

8 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

a. Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado		
Ativo fiscal diferido - não circulante	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Provisão para perdas na realização dos estoques	4.140	4.483	5.625	5.278	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	349	300	793	661	
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	819	1.573	819	1.573	
Provisão para obrigações pós-emprego	2.330	1.973	2.330	1.973	
Provisão para despesa com aposentadoria compulsória	3.143	3.189	3.143	3.189	
Provisão para comissões a pagar	10	18	61	80	
Provisão para indenizações trabalhistas	299	-	299	-	
Provisão para despesas futuras	76	-	77	-	
Redução de ágio por rentabilidade futura	1.193	-	1.193	-	
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	7.346	-	36.777	18.527	
Despesas diferidas	-	-	656	953	
	19.705	11.536	51.773	32.234	
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%	
	6.700	3.922	17.603	10.959	
Impostos diferidos ativos não constituídos das controladas Alukroma e Casamob (i)	-	-	(10.213)	(7.530)	
	6.700	3.922	7.390	3.429	
Compensação com impostos diferidos passivo	(6.359)	(3.922)	(7.049)	(3.429)	
Impostos diferidos ativo	341	_	341	-	
	Contro	ladora	Consol	idado	
Passivo fiscal diferido - não circulante	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Depreciação referente ajuste de vida útil	(12.649)	(9.833)	(14.680)	(11.025)	
Custo atribuído do imobilizado	(5.976)	(8.612)	(5.976)	(8.612)	
Arrendamento mercantil financeiro	(77)	(38)	(77)	(38)	
	(18.702)	(18.483)	(20.733)	(19.675)	
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%	
	(6.359)	(6.284)	(7.049)	(6.690)	
Compensação de impostos diferidos ativo	6.359	3.922	7.049	3.429	
Impostos diferidos passivo		(2.362)		(3.261)	

(i) A Administração da Companhia tem por regra constituir o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos quando há expectativa de lucro tributável futuro ou até o limite dos saldos de impostos diferidos passivos.

Na controladora, os impostos diferidos ativos foram constituídos em sua totalidade, gerando efeito líquido no resultado no montante de R\$ 2.756 (R\$ 3.655 no consolidado).

b. Movimentação dos impostos diferidos:

	Controladora				Consolidado	
	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Total	Impostos diferidos ativo	Impostos diferidos passivo	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	3.248	(6.551)	(3.303)	3.248	(7.118)	(3.870)
M ovimentação no resultado do exercício	3.544	(6.284)	(2.740)	3.051	(6.690)	(3.639)
Movimentação outros resultados abrangentes	378		378	378		378
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.922	(6.284)	(2.362)	3.429	(6.690)	(3.261)
M ovimentação no resultado do exercício	2.831	(75)	2.756	4.014	(359)	3.655
Movimentação outros resultados abrangentes	(53)		(53)	(53)		(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.700	(6.359)	341	7.390	(7.049)	341

c. Conciliação com o resultado do exercício

3	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.574)	(7.784)	(20.405)	(7.492)
(+) Equivalência Patrimonial	11.369	1.094	1.542	1.011
(+) Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	100	(88)	422	424
	(8.105)	(6.778)	(18.441)	(6.057)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	2.756	(1.046)	6.270	2.059
Resultado do exercício das controladas Alukroma e Casamob	-	-	(9.619)	(9.942)
Imposto de renda diferido constituído nas controladas	-	-	(899)	332
(+) Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	-	-	(18)	206
	-	-	(10.536)	(9.404)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	-	-	3.582	3.197
(-) Imposto de renda diferido constituído nas controladas	-	-	899	(332)
(=) Imposto de renda e contribuição social ativo não constituído das controladas Alukroma e Casamob (2)	-	-	2.683	3.529
Despesa de imposto de renda e contribuição social (1-2)	2.756	(1.046)	3.587	(1.470)
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	-	(1.609)	(68)	(1.701)
Diferidos	2.756	563	3.655	231
	2.756	(1.046)	3.587	(1.470)

9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em preços e condições definidos entre as partes.

a. Saldos de ativos e passivos

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas, estão registrados no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 nas rubricas de:

1. Contas a receber de clientes:

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Controladas				
Casamob	241	282	-	-
Alukroma	3.765	1.712		
	4.006	1.994	-	-
Controladas em conjunto				
Wolverine/Tekno	6	26	6	26
Perfilor	4.896	5.629	4.902	5.643
	4.902	5.655	4.908	5.669
	8.908	7.649	4.908	5.669

2. Outros créditos

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2016	1/12/2016 31/12/2015		31/12/2015	
Controladas					
Tekrom	1	4	-	-	
Casamob	47	32	-	-	
Alukroma	66	1.801			
	114	1.837	-	-	
Controladas em conjunto					
Wolverine/Tekno	9	19	9	19	
Perfilor	51	26	51	26	
	60	45	60	45	
	174	1.882	60	45	

3. Fornecedores

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
<u>Controladas</u>					
Tekrom	65	77	-	-	
Controladas em conjunto					
Wolverine/Tekno	2	-	2	-	
Outras partes relacionadas	<u>5</u>				
Dezain Consultoria	22	20	22	20	
	89	97	24	20	

4. Outras exigibilidades

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2016 31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015	
Controladas					
Casamob	2	5	-	-	
Controladas em conjunto					
Perfilor	14		14		
	16	5	14	-	

5. Remunerações a pagar aos administradores

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Remuneração a pagar aos administradores	102	102	102	103	

Os saldos a pagar aos administradores estão registrados no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 na rubrica de Obrigações Sociais e Trabalhistas.

b. Transações com partes relacionadas:

1. Venda de produtos e serviços

	Control	adora	Consolidado		
_	2016	2015	2016	2015	
Controladas			,		
Casamob	3.347	2.761	-	-	
Alukroma	2.451	1.695	-	-	
Aluguéis e condomínios (i)	339	298	-	-	
Serviços compartilhados (ii)	112	303		-	
	6.249	5.057	-	-	
Controladas em conjunto					
Wolverine/Tekno	552	321	564	330	
Perfilor	7.931	8.648	8.053	8.784	
Aluguéis e condomínios (i)	235	119	235	119	
Serviços compartilhados (ii)	383	74	383	300	
_	9.101	9.162	9.235	9.533	
_	15.350	14.219	9.235	9.533	

2. Compra de produtos e serviços

		Consolidado		
2016	2015	2016	2015	
1.075	1.340	-	-	
1.372	1.724	-		
2.447	3.064	-	-	
54	171	57	172	
222	19	222	19	
276	190	279	191	
260	230	260	230	
70_	<u> </u>	70		
330	230	330	230	
3.053	3.484	609	421	
	1.075 1.372 2.447 54 222 276 260 70 330	1.075 1.340 1.372 1.724 2.447 3.064 54 171 222 19 276 190 260 230 70 - 330 230	1.075 1.340 - 1.372 1.724 - 2.447 3.064 - 54 171 57 222 19 222 276 190 279 260 230 260 70 - 70 330 230 330	

(i) Contratos de aluguel de imóveis

Celebrado com as controladas Tekrom e Casamob, tendo por base os preços de mercado, com prazo de vigência indeterminado, reajustado anualmente pelo IGPM-FVG. O contrato firmado com a controlada em conjunto Perfilor tem como prazo de vigência 24 meses, com renovação automática e índice de reajuste o INPC-IBGE.

(ii) Contratos de prestação de serviços administrativos

Referem-se aos rateios das despesas administrativas diversas para as controladas Tekrom, Casamob e Wolverine/Tekno, com prazo de vigência de 4 anos, reajustável

nas mesmas datas e pelos mesmos índices de aumentos concedidos pela controladora a seus funcionários.

(iii) Contrato de prestação de serviços de consultoria administrativa e financeira

Refere-se a serviços prestados pela Sociedade Dezain Consultoria, Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., que possui como quotista o conselheiro administrativo Valter Takeo Sassaki.

O contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria administrativa, financeira, de relações com os investidores e a atuação como diretor estatutário na controlada em conjunto Perfilor, na condição de representante indicado pela Companhia e possui vigência até Abril/2017, reajustável anualmente pelo IPCA/IBGE.

(iv) Contrato de prestação de serviços advocatícios

Refere-se a serviços advocatícios prestados pela Sociedade Albino Sociedade de Advogados, que possui como quotista o conselheiro administrativo Fernando Antonio Albino de Oliveira.

c. Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Remuneração dos administradores:				
Remuneração do conselho de administração e fiscal	689	1.053	689	1.053
Remuneração dos administradores	1.140	1.308	1.140	1.323
	1.829	2.361	1.829	2.376
Outras remunerações:				
Remuneração do pessoal chave	343	362	343	500
Encargos e benefícios (seg.vida, prev.privada, INSS e FGTS)	604	932	604	977
	947	1.294	947	1.477
	2.776	3.655	2.776	3.853

A Companhia não possui outros benefícios ou obrigações pós-emprego de longo prazo, exceto os detalhados nas notas explicativas nº 29 e 30. Os benefícios de curto prazo para a diretoria executiva são os mesmos dos demais funcionários.

De acordo com a legislação societária brasileira e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar e aprovar em Assembleia Geral Ordinária o montante global da remuneração anual dos administradores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi aprovado o limite máximo de remuneração global para os administradores no montante de R\$2.252, líquido dos encargos sociais. A remuneração do pessoal chave e participações estatutárias não fazem parte do montante global da remuneração anual dos administradores aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

10 Investimentos

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Investimentos em controladas	28.466	29.853	-	-	
Investimentos em controladas em conjunto	15.794	17.336	15.794	17.336	
	44.260	47.189	15.794	17.336	
Outros	33	33	33	33	
	44.293	47.222	15.827	17.369	
	44.233	47.222	13.027	17.505	

10.1 Informações relativas aos investimentos em controladas

	Tekrom		Casa	Casamob		Alukroma	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Ativo	621	873	19.026	17.561	16.512	17.366	
Passivo	234	277	1.996	2.160	5.464	5.010	
Capital social	400	400	33.994	25.091	19.032	17.995	
Patrimônio líquido	387	596	17.030	15.401	11.048	12.356	
Receita operacional líquida	1.985	2.383	8.331	6.013	7.149	2.575	
Resultado do exercício	(209)	(127)	(7.274)	(7.675)	(2.345)	(2.267)	
Percentual de participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	

10.2 Informações relativas aos investimentos em controladas em conjunto

	Wolveri	ne/Tekno	Perfilor		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Ativo	6.837	6.712	54.470	54.161	
Passivo	539	382	28.536	25.112	
Capital social	4.748	4.748	57.705	57.705	
Patrimônio líquido	6.298	6.330	25.934	29.049	
Receita operacional líquida	4.633	3.607	53.860	63.888	
Resultado do exercício	(32)	(117)	(3.115)	(1.948)	
Percentual de participação	49,00%	49,00%	49,00%	49,00%	

10.3 Movimentação dos investimentos das controladas e controladas em conjunto

	Controladora					
	Tekrom	Casamob	Wolverine /Tekno	Perfilor	Alukroma	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	723	12.486	3.157	15.190	14.713	46.269
Capitalização (i)	-	10.591	-	-	-	10.591
Adiantamento para futuro aumento de capital (ii)	-	307	-	-	-	307
Aquisição de investimentos (iii)	-	-	-	-	763	763
Ágio na aquisição de investimentos (iii)	-	-	-	-	207	207
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	(127)	(7.675)	(56)	(955)	(2.135)	(10.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	596	15.709	3.101	14.235	13.548	47.189
Capitalização (iv) (v)	-	8.596	-	-	1.037	9.633
Redução de ágio por falta de expectativa de rentabilidade futura	-	-	-	-	(1.193)	(1.193)
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	(208)	(7.274)	(16)	(1.526)	(2.345)	(11.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	388	17.031	3.085	12.709	11.047	44.260

	Consolidado			
	Wolverine /Tekno	Perfilor	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	3.157	15.190	18.347	
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	(56)	(955)	(1.011)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.101	14.235	17.336	
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	(16)	(1.526)	(1.542)	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.085	12.709	15.794	

- (i) Aumento de capital na controlada Casamob, no montante de R\$6.200, aprovado em reunião de Diretoria realizada em 23 de março de 2015, capitalizado com duplicatas a receber no montante de R\$2.665, adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$2.317 e transferência bancária no montante de R\$1.218 e aumento de capital no montante de R\$4.391, aprovado em reunião de Diretoria realizada em 23 de setembro de 2015, capitalizado com duplicatas a receber no montante de R\$878 e adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$3.513.
- (ii) Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), realizado pela Companhia através de transferência bancária, capitalizado em 7 de dezembro de 2016.
- (iii) Aquisição de 6,12% das ações da controlada Alukroma em 15 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 970 com ágio de R\$ 207, passando a deter 99,99% da participação acionária da controlada.
- (iv) Aumento de capital na controlada Casamob, no montante de R\$8.903, aprovado em reunião de Diretoria realizada em 7 de dezembro de 2016, capitalizado pela Companhia com duplicatas a receber no montante de R\$4.315 e adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$4.588.
- (v) Aumento de capital na controlada Alukroma, no montante de R\$1.037, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de novembro de 2016, capitalizado pela Companhia com créditos a receber no montante de R\$ 4.588.
- (vi) Redução de ágio da controlada Alukroma realizado devido à falta de expectativa de rentabilidade futura, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

11 Imobilizado

					Controladora				
Custo do imobilizado bruto	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores periféricos	Imobilizado em andamento	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	282	13.679	1.036	117.777	1.011	3.307	3.266	634	140.992
Adições	-	-	-	170	31	201	5.868	85	6.355
Baixas	-	-	-	(35)	(3)	(10)	(14)	-	(62)
Transferências (i)	-	2.574	639	535	1	85	(3.831)	-	3
Saldo em 31 de dezembro de 2015	282	16.253	1.675	118.447	1.040	3.583	5.289	719	147.288
Adições	-	-	-	145	1	772	5.977	230	7.125
Baixas	-	-	-	(44)	(1)	-	(22)	(383)	(450)
Transferências		2.059	39	288	-	91	(2.477)		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	282	18.312	1.714	118.836	1.040	4.446	8.767	566	153.963
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2015	-	(4.523)	(908)	(56.818)	(765)	(2.440)	-	(389)	(65.843)
Adições	-	(263)	(61)	(6.780)	(35)	(329)	-	(88)	(7.556)
Baixas	-	-	-	34	2	9	-	-	45
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(4.786)	(969)	(63.564)	(798)	(2.760)		(477)	(73.354)
Adições	-	(271)	(45)	(5.578)	(32)	(280)	-	(72)	(6.278)
Baixas	-	-	-	27	1	-	-	265	293
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(5.057)	(1.014)	(69.115)	(829)	(3.040)		(284)	(79.339)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	282	13.255	700	49.721	211	1.406	8.767	282	74.624
Saldo em 31 de dezembro de 2015	282	11.467	706	54.883	242	823	5.289	242	73.934
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2016	-	1,7%	5,5%	6,0%	8,8%	12,1%	-	11,8%	
Taxa média ponderada anual de depreciação - 2015	-	1,9%	10,0%	7,1%	9,8%	17,1%	-	15,6%	

Consolidado

					Consonuado				
Custo do imobilizado bruto				Máquinas e	Móveis e	Computadores	Imobilizado		
Custo do Infomizado bruto	Terrenos	Edificações	Instalações	equipamentos	utensílios	e periféricos	em andamento	Veículos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.732	19.521	1.036	130.365	1.127	3.689	3.674	1.246	162.390
Adições	-	161	13	383	41	240	6.023	85	6.946
Baixas	-	(22)	-	(100)	(3)	(12)	(14)	-	(151)
Transferências (i)		2.574	639	905	1	211	(4.364)	72	38
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.732	22,234	1.688	131.553	1.166	4.128	5.319	1.403	169.223
Adições	-	1	1	169	2	827	6.117	230	7.347
Baixas	-	-	-	(86)	(1)	-	(22)	(383)	(492)
Transferências	-	2.083	39	315	-	139	(2.576)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.732	24.318	1.728	131.951	1.167	5.094	8.838	1.250	176.078
Depreciação acumulada									
Saldo em 1º de janeiro de 2015	-	(4.621)	(908)	(57.264)	(775)	(2.515)	-	(582)	(66.665)
Adições	-	(382)	(62)	(7.482)	(44)	(428)	-	(158)	(8.556)
Baixas	-	-	-	42	2	9	-	-	53
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(5.003)	(970)	(64.704)	(817)	(2.934)	-	(740)	(75.168)
Adições	-	(353)	(46)	(6.294)	(43)	(397)	-	(105)	(7.238)
Baixas	-	-	-	27	1	-	-	265	293
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(5.356)	(1.016)	(70.971)	(859)	(3.331)		(580)	(82.113)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.732	18.962	712	60.980	308	1.763	8.838	670	93.965
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.732	17.231	718	66.849	349	1.194	5.319	663	94.055
Taxa média ponderada anual de depreciação	-	1,6%	5,4%	5,9%	8,8%	13,8%	-	9,8%	
Taxa média ponderada anual de depreciação	-	1,9%	10,0%	6,9%	9,5%	18,2%	-	15,9%	

⁽i) Transferência de Intangível para imobilizado, no montante de R\$ 3 na controladora (R\$ 38 no consolidado).

Os saldos de imobilizado em andamento na controladora e consolidado, referem-se a investimentos em máquinas e equipamentos e infraestrutura, realizados pela controladora e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo imobilizado de máquinas e equipamentos inclui R\$5.976 correspondentes à mais-valia proveniente do custo atribuído registrado em 2010, retroativo a 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subsequentes depreciações e baixas de bens. O custo atribuído constituído, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de resultados acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre referido custo atribuído em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$2.032 (R\$2.928 em 31 de dezembro de 2015) está classificado no passivo não circulante, liquido de impostos diferidos ativo da mesma entidade legal, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos".

Anualmente, a Companhia revisa as taxas de depreciação e vida útil dos bens do ativo imobilizado e efetua a análise do "*impairment*" relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

12 Intangível

	Controladora							
	Marcas e	Direito de uso	Softwares em					
Custo do intangível bruto	patentes	de softwares	desenvolvimento	Total				
Saldo em 1º de janeiro de 2015	30	4.115	308	4.453				
Adições	-	-	1.187	1.187				
Transferências (i)	-	490	(493)	(3)				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30	4.605	1.002	5.637				
Adições	-	90	1.051	1.141				
Baixas	-	-	(146)	(146)				
Transferências	-	1.398	(1.398)	-				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	30	6.093	509	6.632				
Amortização acumulada	,							
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(30)	(3.090)	-	(3.120)				
Adições	-	(282)	-	(282)				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(30)	(3.372)	-	(3.402)				
Adições	-	(342)	-	(342)				
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(30)	(3.714)	-	(3.744)				
Intangível líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	2.379	509	2.888				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	1.233	1.002	2.235				
Taxa média ponderada anual de amortização - 2016	10,0%	14,5%	-					
Taxa média ponderada anual de amortização - 2015	10,0%	20,4%	-					

Consolidado

Custo do intangível bruto	Marcas e patentes	Direito de uso de softwares	S oftwares em desenvolvimento	Ágio	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	42	5.253	873	986	7.154
Adições	-	5	1.731	207	1.943
Transferências (i)	-	1.431	(1.469)	-	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	42	6.689	1.135	1.193	9.059
Adições	-	90	1.051	-	1.141
Baixas	-	-	(146)	(1.193)	(1.339)
Transferências	-	1.413	(1.413)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	42	8.192	627	-	8.861
Amortização acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(31)	(3.216)	-	-	(3.247)
Adições	-	(532)	-	-	(532)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(31)	(3.748)	-	-	(3.779)
Adições	(1)	(656)	-	-	(657)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(32)	(4.404)		-	(4.436)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10	3.788	627	-	4.425
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11	2.941	1.135	1.193	5.280
Taxa média ponderada anual de amortização - 2016	10,0%	14,8%	-	-	
Taxa média ponderada anual de amortização - 2015	10,0%	18,0%	-	-	

(i) Transferência de Intangível para imobilizado, no montante de R\$ 3 na controladora (R\$ 38 no consolidado).

As adições de softwares em desenvolvimento referem-se a novas implementações e melhorias no sistema de informação gerencial da controladora e suas controladas. Os principais módulos já foram liberados para utilização conforme o cronograma estabelecido e ainda existem customizações em andamento.

Anualmente, a Companhia revisa as taxas de amortização e vida útil dos bens do ativo intangível e efetua a análise do "*impairment*" relacionado ao custo líquido remanescente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A companhia identificou a necessidade de constituir provisão para perdas pela não recuperabilidade de ágio da controlada Alukroma no montante de R\$ 1.193, tendo como base as expectativas de resultado da controlada e as projeções econômico-financeiras do segmento em que atua.

13 Obrigações Sociais e trabalhistas

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de férias e encargos	2.233	2.160	2.659	2.520
Provisão para indenizações rescisórias	299	-	299	-
Salários	585	569	714	674
IRRF sobre salários	353	322	386	352
INSS	807	640	913	728
FGTS	181	172	217	204
Outros	35	75	41	80
	4.493	3.938	5.229	4.558

14 Empréstimos e financiamentos

					Contr	oladora	
Banco ou	Tipo	Taxa	Última data	Circ	ılante	Não ci	rculante
Instituição Financeira	empréstimo/ financiamento	de juros	vencimento	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Banco Santander (i)	Pré-fixado	1,52% a.m.	Agosto de 2017	50	63	-	50
HP Financial (ii)	Pré-fixado	1,38% a.m.	Janeiro de 2022	81	-	553	-
Desenvolve SP (iii)	Pós-fixado	7,5% a.a. + IPCA	Março de 2021	1.039	-	4.032	-
BNDES - Infraestrutura (iv)	Pós-fixado	13,00% a.a. + TJLP	Fevereiro de 2021	166	-	507	-
				1.336	63	5.092	50
			-4			olidado	
Banco ou	Tipo	Taxa	Última data	Circ	ılante	Não ci	rculante
Instituição Financeira	empréstimo/ financiamento	de juros	vencimento	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Banco Santander (i)	Pré-fixado	1,52% a.m.	Agosto de 2017	50	63	-	50
HP Financial (ii)	Pré-fixado	1,38% a.m.	Janeiro de 2022	81	-	553	-
Desenvolve SP (iii)	Pós-fixado	7,5% a.a. + IPCA	Março de 2021	1.039	-	4.032	-
BNDES - Infraestrutura (iv)	Pós-fixado	13,00% a.a. + TJLP	Fevereiro de 2021	166	-	507	-
BNDES - Finame Tekrom (v)	Pré-fixado	6,00% a.a.	Abril de 2019	21	21	27	48
BNDES - Finame Casamob (vi)	Pré-fixado	6,00% a.a.	Abril de 2019	35	35	53	88
				1.392	119	5.172	186

- (i) Arrendamento mercantil referente a aquisição de uma empilhadeira, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,52% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com o banco Santander e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (ii) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,38% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição HP Financial e não há cláusulas restritivas no contrato

- (iii) Financiamento Desenvolve São Paulo referente a aquisição de máquinas e equipamentos, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 7,50% ao ano + IPCA reconhecidos de forma pro rata. Um imóvel da Companhia situado na cidade de São Paulo/SP e parte dos bens adquiridos foram utilizados como garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (iv) Financiamento BNDES referente a ampliação de edificação industrial efetuado pela Companhia, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 13% ao ano + TJLP reconhecidos de forma pro rata. O bem construído foi objeto de garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.
- (v) Financiamento FINAME adquirido pela controlada Tekrom para aquisição de veículos, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.
- (vi) Financiamento FINAME adquirido pela controlada Casamob para aquisição de empilhadeiras, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.

15 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas jurídicas pendentes e, quanto aos riscos trabalhistas e tributários, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso e com indenizações rescisórias, como segue:

	Controladora e Consolidado						
	Traba- lhistas	Dep. Judiciais	Sub- total	Tribu- tárias	Dep. Judiciais	Sub-total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	1.240	(270)	970	56	-	56	1.026
Provisões constituídas durante o exercício	301	-	301	-	-	-	301
Depósitos efetuados durante o exercício	-	(47)	(47)	-	-	-	(47)
Reversões	(24)	-	(24)	-	-	-	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (i)	1.517	(317)	1.200	56	-	56	1.256
Provisões constituídas durante o exercício	158	-	158	-	-	-	158
Depósitos efetuados durante o exercício	-	(33)	(33)	-	-	-	(33)
Processos perdidos	(686)	290	(396)	-	-	-	(396)
Reversões	(226)	-	(226)	-	-	-	(226)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (ii)	763	(60)	703	56	-	56	759
(i) Saldos em 31 de dezembro de 2015							
Circulante	605	(252)	353	-	-	-	353
Não circulante	912	(65)	847	56	-	56	903
(ii) Saldos em 31 de dezembro de 2016							
Circulante	685	(62)	623	-	-	-	623
Não circulante	78	2	80	56	-	56	136

Existem outros processos trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda no montante de R\$ 5.360 (R\$ 3.253 em 31 de dezembro de 2015), objeto dos depósitos judiciais mencionadas na nota 16, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não requerem sua contabilização.

16 Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais sobre processos em andamento, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco "possível" de perda e assim não sujeitos a constituição de provisão, cujos valores estão demonstrados a seguir:

	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	23	3.255	-	3.278
Depósitos efetuados	47	-	-	47
Compensação com provisões	(47)	-	-	(47)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	23	3.255	-	3.278
Depósitos efetuados	33	-	292	325
Processos perdidos	(305)	(160)	-	(465)
Compensação com provisões	257	-	(292)	(35)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8	3.095		3.103

	Consolidado					
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2015	23	3.255	8	3.286		
Depósitos efetuados	47	-	-	47		
Processos perdidos	-	-	(8)	(8)		
Compensação com provisões	(47)	-	-	(47)		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	23	3.255	-	3.278		
Depósitos efetuados	33	-	365	398		
Processos perdidos	(305)	(160)	-	(465)		
Compensação com provisões	257		(365)	(108)		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8	3.095	-	3.103		

17 Patrimônio Liquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o capital social integralizado estava representado por 2.947.810 ações, sem valor nominal, sendo 1.360.709 ações preferenciais e 1.587.101 ordinárias.

As ações preferenciais têm participação nos dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo garantida a prioridade na percepção de um dividendo anual, não cumulativo, de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação e direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei nº 6.404/76.

b. Reserva de lucros

1. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o montante correspondente a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi utilizado o montante de R\$ 14.080 dos saldos de Reserva legal para absorção dos prejuízos acumulados.

2. Reserva de retenção de lucros

Reserva constituída mediante a retenção de lucros apurados em exercícios anteriores, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Saldo foi totalmente utilizado para absorção de prejuízos.

c. Reservas de incentivos fiscais

Saldo composto pela reserva de incentivos fiscais reflexa da controlada Alukroma.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Saldo composto pelo ajuste de custo atribuído ao imobilizado, registrado em 1º de janeiro de 2009, deduzido do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos.

e. Outros resultados abrangentes

Saldo composto pelos ganhos ou perdas atuariais de provisões pós-emprego e para aposentadoria compulsória acumulados até 31 de dezembro de 2016.

f. Dividendos pagos

Em 28 de abril de 2015, a assembleia geral aprovou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 683 e dividendos propostos no valor de R\$ 820, pagos em 28 de maio de 2015, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, na proporção de R\$0,51 por ação, sobre a posição acionária de 28 de abril de 2015, representada por 2.947.810 ações.

g. Participações estatutárias

Refere-se ao saldo a pagar da participação que os Administradores (art. 20 do Estatuto Social) fizeram jus no exercício de 2014, cujo montante global foi fixado pela assembleia geral de 28 de abril de 2015.

18 Prejuízo básico e diluído por ação

O resultado básico por ação foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e a respectiva quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme o quadro a seguir:

	2016	2015
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(16.818)	(8.830)
Quantidade de ações - média ponderada	2.948	2.948
Resultado básico e diluído por ação	(5,705)	(2,995)

A Companhia não possuía instrumentos de diluição do prejuízo por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

19 Receita de vendas de bens e serviços

Controla	аога	Consoli	dado
2016	2015	2016	2015
73.749	77.410	86.000	81.095
61.956	77.548	62.102	77.744
135.705	154.958	148.102	158.839
(33.994)	(36.923)	(37.458)	(37.493)
(32.384)	(35.453)	(34.936)	(35.812)
(1.610)	(1.470)	(2.522)	(1.681)
101.711	118.035	110.644	121.346
	73.749 61.956 135.705 (33.994) (32.384) (1.610)	73.749 77.410 61.956 77.548 135.705 154.958 (33.994) (36.923) (32.384) (35.453) (1.610) (1.470)	2016 2015 2016 73.749 77.410 86.000 61.956 77.548 62.102 135.705 154.958 148.102 (33.994) (36.923) (37.458) (32.384) (35.453) (34.936) (1.610) (1.470) (2.522)

20 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Controladora		Consoli	dado
	2016	2015	2016	2015
M atéria-prima	53.383	55.741	56.189	53.699
Salários, encargos e benefícios	22.275	23.617	26.651	27.925
Energia elétrica e gás natural	6.649	9.437	6.938	9.718
Depreciação e amortização	6.130	7.265	7.321	8.446
M anutenção	3.892	4.086	4.126	4.416
(Reversão) provisão para perdas nos estoques	(343)	571	347	937
Outros custos	2.448	2.541	4.782	5.129
_	94.434	103.258	106.354	110.270

21 Despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas de pessoal	3.048	2.969	4.270	4.097
Publicidade e propaganda	283	170	1.756	1.446
Comissões sobre vendas	29	111	339	311
Material de consumo	113	83	249	173
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	393	609	682	722
Despesas de depreciação e amortização	9	11	48	37
Despesas com fretes	1.052	1.360	1.991	2.152
Serviços prestados por terceiros	148	101	1.593	1.056
Despesas diversas com vendas	311	389	809	713
_	5.386	5.803	11.737	10.707

22 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Honorários da administração	1.829	2.361	1.829	2.376
Despesas de pessoal	7.147	6.514	7.295	6.644
M aterial de consumo	1.070	1.190	1.078	1.202
Despesas de depreciação e amortização	481	562	526	605
Despesas de comunicação	475	508	488	588
Serviços prestados por terceiros	2.350	1.779	2.452	1.958
Tributos diversos	806	836	1.184	1.022
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	158	277	158	277
Despesas diversas de administração	1.249	899	1.302	872
	15.565	14.926	16.312	15.544

23 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
_	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Juros passivos	(185)	(37)	(242)	(58)
Variações cambiais passivas	(3)	(132)	(13)	(123)
Despesas bancárias	(136)	(100)	(218)	(157)
_	(324)	(269)	(473)	(338)
Receitas financeiras				
Juros ativos	810	642	794	563
Variações cambiais ativas	95	215	114	227
Rendimentos de aplicações financeiras	4.458	7.364	4.354	7.370
Outras receitas financeiras	428	45	468	53
_	5.791	8.266	5.730	8.213
Resultado financeiro	5.467	7.997	5.257	7.875

24 Instrumentos financeiros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não operaram com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como os critérios para sua valorização são descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa: abrangem saldos de caixa, conta corrente e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Os saldos são aplicados em instituições com altos ratings avaliados por agências especializadas e com baixo risco de crédito.
- Contas a receber: 99% dos saldos de contas a receber de clientes da controladora e suas controladas e controladas em conjunto estão denominados em reais. São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente quando aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.
- Partes relacionadas: As contas a receber de partes relacionadas são decorrentes de transações comerciais e possuem prazo inferior a um ano, conforme apresentadas nas notas explicativas nº 9.a.1 e 9.a.2.
- Fornecedores: A controladora e suas controladas e controladas em conjunto possuem contas a
 pagar em moeda estrangeira e em moeda local. São registradas e mantidas pelo custo histórico,
 ajustados a valor presente quando aplicável, e os montantes em moeda estrangeira estão sujeitas a
 variação cambial.
- Empréstimos e financiamentos: A controladora e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos a pagar em moeda local, reconhecidos pelo custo amortizado.

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos ao valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	33.884	49.634	34.147	50.998
Empréstimos e recebíveis:				
Caixas e bancos	406	386	740	656
Contas a receber de clientes - circulante	25.884	20.795	25.736	21.124
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Fornecedores - circulante	8.948	7.767	10.299	8.375
Financiamentos	6.428	113	6.564	305
Partes relacionadas - circulante	16	5	14	-

Os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto resolvessem liquidá-los antecipadamente.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os valores justos divulgados no quadro acima foram mensurados utilizando o método de avaliação nível 2.

	Controladora		Consolidado	
- -	31/12/2016 Nível 2	31/12/2015 Nível 2	31/12/2016 Nível 2	31/12/2015 Nível 2
-	Nivei 2	Nivei 2	Nivei 2	Nivei 2
Ativos ao valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	33.884	49.634	34.147	50.998

As aplicações financeiras, classificadas como nível 2, foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes,

assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas e controladas em conjunto estarem sujeitas a ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Taxa CDI

Rendimento anual das aplicações financeiras

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos e venda de produtos. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem como política a contratação de proteção para os ativos e passivos em moeda estrangeira, considerados relevantes ao negócio da Companhia e sujeitos a aprovação da Administração.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros pós-fixadas

Além do cenário provável, a CVM, através da instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados conforme abaixo:

Controladora

Controladora				
Acumulado	Cenário	Cenário 1	Cenário 2	
em 2016	atual	- 25%	- 50%	
13,99%	12,88%	9,66%	6,44%	
4.740	4.364	3.273	2.182	
-	-	(1.091)	(2.182)	
	Consol	lidado		
Acumulado	Cenário	Cenário 1	Cenário 2	
em 2016	atual	- 25%	- 50%	
	em 2016 13,99% 4.740 -	Acumulado em 2016 Cenário atual 13,99% 12,88% 4.740 4.364 - Consol Acumulado Cenário	Acumulado em 2016 Cenário atual Cenário 1 - 25% 13,99% 12,88% 9,66% 4.740 4.364 3.273 - - (1.091) Consolidado Acumulado Cenário 1	

Efeito no rendimento - redução - - (1.100) (2.199)

O cenário 1 considera uma queda na taxa do CDI de 25% (taxa de 9,66%) e o cenário 2 uma queda de 50% (taxa de 6,44%) sobre os saldos de aplicações financeiras de R\$33.884 (R\$34.147 no consolidado). Os resultados à luz dessas variações seriam redução do rendimento de R\$1.091 no

12.88%

4.398

9.66%

3.299

6,44% 2.199

13.99%

4.777

cenário 1 (R\$1.100 no Consolidado) e de R\$2.182 no cenário 2 (R\$2.199 no Consolidado).

Análise de sensibilidade de variações cambiais

Contro	ladora	a Cons	obsbilo

- -	Cenário atual	Cenário 1 + 25%	Cenário 2 + 50%	Cenário 3 - 25%	Cenário 4 - 50%
Cotação do dólar	3,259	4,074	4,888	2,444	1,629
Fornecedores exterior - R\$ 146 (US\$ 45)	146	183	219	110	74
Clientes exterior - R\$ 115 (US\$ 35)	115	144	173	86	58
Efeito líquido na despesa de variação					
cambial - (redução) aumento	-	8	15	(7)	(15)

O cenário 1 considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2016 de R\$3,259/US\$ (R\$4,074/US\$), e o cenário 2 uma desvalorização de 50% (R\$4,888/US\$), o cenário 3 uma valorização de 25% (R\$2,444/US\$) e o cenário 4 uma valorização de 50% (R\$1,629/US\$).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam aumento de despesa de R\$ 8 no cenário 1, aumento de R\$ 15 no cenário 2, redução de R\$ 7 no cenário 3 e redução de R\$ 15 no cenário 4, controladora e consolidado.

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O gerenciamento do risco de liquidez é feito através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data em que vencem as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas taxas de juros no encerramento do período.

Controladora – 31 de dezembro de 2016

	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	*	
Inferior a um ano				
De 0 a 3 meses	8.941	210	16	9.167
3 a 6 meses	3	524	-	527
6 a 12 meses	4	1.004	-	1.008
Total	8.948	1.738	16	10.702
Superior a um ano				
1 a 3 anos	-	3.690	-	3.690
3 a 5 anos	-	2.213	-	2.213
Acima de 5 anos	-	16	-	16
Total	-	5.919		5.919

	Fornecedores	Empréstimos e Partes financiamentos relacionadas		Total
Inferior a um ano				
De 0 a 3 meses	10.288	226	14	10.528
3 a 6 meses	7	540	-	547
6 a 12 meses	4	1.035		1.039
Total	10.299	1.801	14	12.114
Superior a um ano				
1 a 3 anos	-	3.774	-	3.774
3 a 5 anos	-	2.213	-	2.213
Acima de 5 anos	-	16	_	16
Total		6.003		6.003

25 Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital afim de assegurar a confiança dos investidores, credores e do mercado, garantindo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e também o nível de dividendos para acionistas e procurando obter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de capitais próprios e de terceiros.

26 Informações por segmento

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) e em relação aos negócios da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento é um componente identificável da Companhia, destinado à fabricação de produtos ou à prestação de serviços, ou ao fornecimento de produtos e serviços num ambiente econômico particular, o qual esteja sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles outros segmentos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos.

A Companhia tem por objeto social a industrialização e comercialização de pintura de bobinas metálicas, atuando especificamente no segmento da indústria em geral e no de industrialização para terceiros. A controlada Casamob atua no segmento de móveis e a controlada Alukroma atua no segmento de construção civil.

• Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016

Indústrias em	Industrialização	Construção	Móveis	Total
Geral (Vendas)	para Terceiros	<u>civil</u>		
43.260	40.488	4.840	10.144	98.732
2.288	2.141	572	1.652	6.653
8.175	7.652	-	-	15.827
35.907	33.606	10.866	13.586	93.965
1.492	1.396	233	1.304	4.425
91.122	85.283	16.511	26.686	219.602
6.893	6.452	5.463	1.942	20.750
5.542	5.186	-	53	10.781
78.687	73.645	11.048	24.691	188.071
91.122	85.283	16.511	26.686	219.602
	43.260 2.288 8.175 35.907 1.492 91.122 6.893 5.542 78.687	Geral (Vendas) para Terceiros 43.260 40.488 2.288 2.141 8.175 7.652 35.907 33.606 1.492 1.396 91.122 85.283 6.893 6.452 5.542 5.186 78.687 73.645	Geral (Vendas) para Terceiros civil 43.260 40.488 4.840 2.288 2.141 572 8.175 7.652 - 35.907 33.606 10.866 1.492 1.396 233 91.122 85.283 16.511 6.893 6.452 5.463 5.542 5.186 - 78.687 73.645 11.048	Geral (Vendas) para Terceiros civil Móveis 43.260 40.488 4.840 10.144 2.288 2.141 572 1.652 8.175 7.652 - - 35.907 33.606 10.866 13.586 1.492 1.396 233 1.304 91.122 85.283 16.511 26.686 6.893 6.452 5.463 1.942 5.542 5.186 - 53 78.687 73.645 11.048 24.691

• Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Ativo					
Circulante	47.888	56.995	3.313	9.099	117.295
Não circulante	1.955	2.327	898	479	5.659
Investimentos	8.211	9.772	-	-	17.983
Imobilizado	32.353	38.504	11.354	11.083	93.294
Intangível	1.231	1.466	316	1.628	4.641
	91.638	109.064	15.881	22,289	238.872
Passivo					
Circulante	5.785	6.885	1.934	4.844	19.448
Não circulante	2.992	3.561	624	239	7.416
Patrimônio líquido	82.861	98.618	13.323	17.206	212.008
	91.638	109.064	15.881	22.289	238.872

• Demonstração do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2016

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Receita operacional líquida	49.554	46.379	7.129	7.582	110.644
Custos dos produtos vendidos e					
serviços prestados	(47.262)	(38.352)	(8.473)	(12.267)	(106.354)
Lucro bruto	2.292	8.027	(1.344)	(4.685)	4.290
Despesas operacionais	(5.370)	(17.375)	(1.477)	(5.730)	(29.952)
Prejuízo operacional antes do					
resultado financeiro	(3.078)	(9.348)	(2.821)	(10.415)	(25.662)
Resultado financeiro líquido	1.303	4.158	(132)	(72)	5.257
Receitas financeiras	1.370	4.370	(68)	58	5.730
Despesas financeiras	(67)	(212)	(64)	(130)	(473)
Resultado operacional antes do					
IRPJ e CSLL	(1.775)	(5.190)	(2.953)	(10.487)	(20.405)
Imposto de renda e contribuição					
social	642	2.048	681	216	3.587
Resultado do exercício	(1.133)	(3.142)	(2.272)	(10.271)	(16.818)

• Demonstração do resultado consolidado em 31 de dezembro de 2015

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Receita operacional líquida	54.649	59.080	2.504	5.113	121.346
Custos dos produtos vendidos e					
serviços prestados	(50.953)	(45.574)	(4.172)	(9.571)	(110.270)
Lucro bruto	3.696	13.506	(1.668)	(4.458)	11.076
Despesas operacionais	(3.745)	(17.000)	(781)	(4.917)	(26.443)
Prejuízo operacional antes do					
resultado financeiro	(49)	(3.494)	(2.449)	(9.375)	(15.367)
Resultado financeiro líquido	1.511	6.505	(121)	(20)	7.875
Receitas financeiras	1.545	6.653	(17)	32	8.213
Despesas financeiras	(34)	(148)	(104)	(52)	(338)
Resultado operacional antes do					_
IRPJ e CSLL	1.462	3.011	(2.570)	(9.395)	(7.492)
Imposto de renda e contribuição					
social	(215)	(927)	(112)	(216)	(1.470)
Resultado do período	1.247	2.084	(2.682)	(9.611)	(8.962)

• Demonstração dos fluxos de caixa consolidado em 31 de dezembro de 2016

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção ci vi l	Móveis	Total
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(3.227)	(3.021)	(370)	(8.161)	(14.779)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos Caixa líquido (aplicado nas) / oriundo das	(4.097)	(3.835)	(34)	(96)	(8.062)
atividades de financiamentos	(892)	(834)	(761)	8.561	6.074
(Redução) Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(8.216)	(7.690)	(1.165)	304	(16.767)

• Demonstração dos fluxos de caixa consolidado em 31 de dezembro de 2015

	Indústrias em Geral (Vendas)	Industrialização para Terceiros	Construção civil	Móveis	Total
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais Caixa líquido aplicado nas atividades de	1.951	14.961	(409)	(10.063)	6.440
investimentos	(974)	(7.471)	(126)	(1.090)	(9.661)
Caixa líquido (aplicado nas) / oriundo das atividades de financiamentos	(1.965)	(15.070)	1.798	10.863	(4.374)
(Redução) Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(988)	(7.580)	1.263	(290)	(7.595)

27 Cobertura de seguros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2016 estavam vigentes as seguintes coberturas de seguros:

Coberturas	Risco coberto	Vigência	Controladora	Consolidado
Prédios e conteúdos (Próprios e de terceiros), inclusive estoques	Incêndio, danos elétricos, furto	Até 13/07/2017	206.243	235.562
Responsabilidade Cívil de Diretores, Conselheiros e Administradores	Danos morais, materiais, ambientais, etc.	Até 18/08/2017	5.000	5.000
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	Até 08/02/2017	419	966
Veículos	Colisão, incêndio, roubo	Até 23/08/2017	-	547
Seguro Obrigatório de Responsabilidade civil do Transportador	Perdas e danos a bens e mercadorias de terceiros	Até 30/06/2017	-	Valores das mercadorias transportadas
Transportes de materiais	Roubo e furto qualificado	Até 30/06/2017	-	Valores das mercadorias transportadas

28 Plano de previdência privada – contribuição definida

A Companhia e suas controladas possuem desde o mês de agosto de 2001 um plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), oferecido com exclusividade aos seus diretores e funcionários, administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão de suas contribuições, descontinuidade ou transferência para outra administradora.

Essas contribuições podem ser reajustadas de acordo com a variação geral dos salários aplicados pela Companhia. As contribuições registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 375 (R\$ 410 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e R\$ 426 (R\$ 423 31 de dezembro de 2015) no consolidado.

29 Obrigações pós emprego

A Companhia proporciona aos seus empregados um plano de assistência médica definido pós-emprego em que o custeio é realizado tanto pelo empregado quanto pela Companhia. A provisão representa o direito de manutenção da condição de beneficiário para aposentados que contribuíram para o plano de assistência médica, que tratam o inciso I e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 9656 de 3 de setembro de 1998. Conforme cálculo efetuado pelos consultores atuariais da Companhia, o valor do passivo referente aos empregados que fazem parte do plano de assistência médica, é de R\$2.330 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.973 em 31 de dezembro de 2015).

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2016 31/12/201			
Saldo inicial	1.973	1.249		
Adições	513	398		
Baixas	-	(40)		
Outros resultados abrangentes	(156)	366		
Saldo final	2.330	1.973		

A movimentação da provisão para benefícios pós-emprego de 31 de dezembro de 2016, inclui R\$156 de ganhos atuariais, registradas como outros resultados abrangentes, devido à alteração nas premissas utilizadas. As premissas alteradas referem-se a reajuste anual do plano de saúde, alteração na taxa de juros, ajuste no pagamento de benefícios, variação da taxa de rotatividade e outros fatores.

As premissas atuariais em vigor são as seguintes:

Taxa de desconto	5,83% ao ano ("a.a.")
Taxa de inflação	4,80% ao ano ("a.a.")
Índice de dependência principal	80%
Idade cônjuge feminino	Média de 4 anos a menos
Rotatividade	9,86% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT-2000

A Administração atualiza as premissas atuariais anualmente no encerramento do exercício social.

30 Aposentadoria compulsória

A Companhia adota como política de recursos humanos a aposentadoria compulsória para os colaboradores. A idade prevista para aposentadoria compulsória corresponde a 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 incluem R\$ 3.143 (R\$ 3.189 em 31 de dezembro de 2015) de provisão com aposentadoria calculada com base nos valores das multas rescisórias dos empregados que atingirem a idade definida para aposentadoria.

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	
Saldo inicial	3.189	2.341	
Adições	541	528	
Baixas	(587)	(425)	
Outros resultados abrangentes	-	745	
Saldo final	3.143	3.189	
•			

As premissas atuariais em vigor são as seguintes:

Taxa de desconto	5,83% ao ano ("a.a.")
Taxa de evolução salarial	4,80% ao ano ("a.a.")
Taxa anual das quotas do FGTS	3% ao ano ("a.a.")
Idade cônjuge feminino	Média de 4 anos a menos
Rotatividade	9,86% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT-2000

A Administração atualiza as premissas atuariais anualmente no encerramento do exercício social.

31 Informações adicionais as demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aquisições de bens do ativo imobilizado sem efeito caixa	186	79	202	199

A demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresenta efeito de caixa no montante de R\$ 30 (R\$ 30 consolidado), referente a pagamentos de aquisições de bens do ativo imobilizado de exercícios anteriores.

32 Eventos subsequentes

A Tekno impetrou mandado de segurança em 29/11/2007, processo nº 0032549-33.2007.403.6100, em trâmite perante a 6ª Vara Federal de São Paulo, visando assegurar o recolhimento da contribuição ao PIS e à COFINS, sem a inclusão do ICMS na base de cálculo, bem como o direito à compensação das quantias recolhidas a tais títulos, nos últimos dez anos. Em decorrência do julgamento ocorrido nos autos de Recurso Extraordinário nº 574.706, pelo Supremo Tribunal Federal, no dia 15/03/17, com repercussão geral, reconhecendo a impossibilidade do ICMS ser incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS, a Tekno terá direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos.

33 Aprovação para divulgação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas para divulgação pelo Conselho da Administração em reunião ocorrida em 15 de março de 2017.

Composição do Conselho de Administração

Composição da Diretoria

Valter Takeo Sassaki (Membro) Guilherme Luiz do Val (Diretor Presidente)

Fernando Antonio Albino de Oliveira (Membro)

José Maria de Campos Maia Netto (Diretor de Relações com os Investidores)

Batuíra Rogério Meneghesso Lino (Membro)

José Luiz Madeira do Val (Diretor Administrativo)

Dilio Sérgio Penedo (Membro)

Maria Pia Bastos Tigre Buchheim (Membro)

Edson da Silva Lopes Gerente de Controladoria CRC 1SP116.560/O-8